

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO DA POPULAÇÃO NEGRA EM JATAÍ (GO)

Antônia Maria Nascimento Silva ¹
Maria José Rodrigues ²

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi verificar a hipótese de que a maioria da população negra reside em áreas periféricas da cidade, além de caracterizar essa população. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e utilizaram-se os dados do Censo Demográfico de 2010 para compreender essas questões na cidade de Jataí. A espacialização da população e a organização dos demais mapas foram realizadas por meio do software ArcGIS 10.2.1. Através da pesquisa foi possível observar que a renda é quem exerce um papel fundamental na construção em relação a segregação socioespacial na cidade de Jataí. No entanto, a baixa presença das pessoas de cor/raça preta em espaços considerados de classe média alta e classe alta, que possuem boa infraestrutura, indica a marginalização histórica desta população.

Palavras-chave: Segregação socioespacial, População negra, Jataí (GO).

ABSTRACT

The main objective of this research was to verify the hypothesis that the majority of the black population resides in peripheral areas of the city and to characterize this population. To achieve this, a literature review on the subject was conducted, and data from the 2010 Demographic Census were used to understand these issues in the city of Jataí. The spatialization of the population and the organization of other maps were carried out using ArcGIS 10.2.1 software. The research revealed that income plays a fundamental role in the construction of socio-spatial segregation in the city of Jataí. However, the low presence of individuals of black ethnicity/race in spaces considered to be of high and upper-middle class, which have good infrastructure, indicates the historical marginalization of this population.

Keywords: Socio-spatial segregation, Black population, Jataí (GO).

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um crescimento significativo nos estudos sobre a relação entre o espaço urbano e a população em termos de raça, o que tem gerado indicadores que evidenciam diversas diferenciações e a segregação socioespacial de uma parcela específica da

¹ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí - UFJ, antonia.nasc@ufj.edu.br;

² Professor orientador, Instituto de Geografia - UFJ, mariarodrigues@ufj.edu.br



sociedade. A segregação socioespacial nas cidades é observada principalmente na forma de segregação residencial por raça, sendo um dos principais elementos na estruturação das hierarquias raciais no espaço urbano.

O espaço urbano, por sua vez, é um ambiente caracterizado por contradições e fragmentações. A competição entre indivíduos se intensifica em diversos aspectos, resultado principalmente do modo de produção capitalista em que estamos inseridos. Isso leva ao distanciamento entre as classes sociais e a crescente marginalização da população pobre. Nesse contexto, destaca-se a população negra, que enfrenta um processo de segregação socioespacial ainda mais severo.

Fazer uma análise da estrutura da paisagem urbana não é uma tarefa fácil, pois requer compreender todo o processo histórico e social que contribuiu para a configuração atual de um determinado espaço. Nesse sentido, é possível afirmar que os processos sociais vivenciados no passado são um fator condicionador da conjuntura atual da sociedade.

No Brasil, o abismo social entre negros e brancos é evidente, principalmente pela marginalização e periferização da população negra nas cidades. Essa situação está relacionada a processos históricos, como a escravidão, vivenciada por essa população. Após a abolição da escravatura, os negros continuaram à margem da sociedade, excluídos da lógica do sistema econômico vigente como detentores dos meios de produção, e se tornaram parte da parcela explorada da população. Isso resultou no processo de favelização, comumente observado nas grandes cidades, e na marginalização desse grupo, configurando a atual situação dos negros no Brasil.

Existe um padrão de vivência da população negra nos centros urbanos brasileiros, em que geralmente residem em áreas desvalorizadas das cidades, principalmente na periferia urbana. Isso ocorre principalmente devido ao valor mais baixo do solo e das edificações em áreas afastadas do centro. Essa realidade é refletida na construção das moradias, que utilizam materiais mais baratos e muitas vezes são habitadas em condições precárias. Uma pesquisa realizada por Figueiredo (2003), ao comparar dados da PNAD de 1988 a 1999, mostrou um aumento na proporção de negros nas classes médias e altas. No entanto, isso não alterou a distância social entre negros e brancos dentro do espaço urbano. Segundo França (2017), os negros das classes altas e médias residem mais próximos dos pobres do que dos brancos do mesmo estrato social. Isso demonstra que a raça, assim como a classe social, é um fator que condiciona o modo de vida de uma população.

O objetivo principal desta pesquisa foi verificar a hipótese de que a maioria da população negra reside em áreas periféricas da cidade, além de caracterizar essa população.



Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e utilizaram-se os dados do Censo Demográfico de 2010 para compreender essas questões na cidade de Jataí. A espacialização da população e a organização dos demais mapas foram realizadas por meio do software ArcGIS 10.2.1.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Jataí (GO), e utilizou o Censo Demográfico de 2010 como principal fonte de dados. Ademais, foram utilizadas algumas leituras disponibilizadas no site do Laboratório de Geografia Urbana e da Saúde (REGGEO), da Universidade Federal de Goiás/ Regional Jataí (UFG), além de artigos científicos disponíveis no portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e na biblioteca digital SciELO (Scientific Electronic Library Online). Utilizou-se, ainda, algumas fontes de informações, sendo elas: Parte cartográfica: mapa de localização da área de estudo, mapa de renda e os mapas da espacialização da população branca e negra na cidade de Jataí, ambos feitos no software ArcGis 10.2.1.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Ambiente Urbano

O ambiente urbano é uma entidade complexa, moldada pelas interações humanas. Para compreender a situação atual desse ambiente, é crucial traçar um panorama histórico. Conforme Corrêa (1995, p.1), o espaço urbano, de forma geral, consiste em um "conjunto de diferentes usos da terra sobrepostos". Esses usos, de acordo com o mesmo autor, "definem áreas, tais como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; entre outras." Ao contextualizar a relação entre sociedade e organização do espaço, a urbanização emerge como um fenômeno singular, coexistindo com outros processos sociais e espaciais que caracterizam a contemporaneidade (COSTA; MELLO, 2010, p. 36).

A urbanização é um fenômeno antigo, datando de milênios antes de Cristo. No transcurso de sua evolução primeira para as configurações urbanas na Grécia e em



Roma, para as fronteiras civilizatórias da Idade Média e dos Tempos Modernos [...].
(COSTA; MELLO, 2010, p. 36).

No Brasil, a urbanização ganha destaque a partir dos anos 30 do século XX, intensificando-se na década de 1970, quando os dados demográficos registram uma população urbana superior à rural (BRITO; SOUZA, 2005, p. 48).

A partir dos anos 1970, configurou-se no Brasil um novo padrão de urbanização que até hoje se mantém e é caracterizado por dois processos dialeticamente integrados. O primeiro diz respeito a uma urbanização intensiva resultante da concentração populacional e econômica em regiões metropolitanas, cidades médias e cidades monoindustriais, que cresceram e proliferaram; o segundo processo refere-se a uma urbanização extensiva que integrou virtualmente todo o território nacional ao modo de organização socioespacial próprio de uma sociedade urbano-industrial. Esse padrão de urbanização implicou usos e ocupação problemáticos do solo e fortes impactos socioambientais. Uma nova hierarquia urbana envolvendo uma rede de centralidades abre perspectivas na busca de cidades mais integradas e sustentáveis (SYDENSTRICKER-NETO et al., 2015, p. 15).

A expansão urbana, em grande parte, é atribuída ao fluxo migratório rural-urbano, que testemunhou um aumento populacional significativo nas grandes cidades entre 1960 e 1980. A industrialização nas metrópoles do século XX impulsionou a busca por oportunidades de trabalho e moradia, resultando em mudanças estruturais profundas e transformação das cidades (BRITO; SOUZA, 2005, p. 48). A migração, impulsionada pela oferta de trabalho e moradia, desempenha um papel fundamental na configuração do espaço urbano.

Para Spósito (2005, p. 102), o espaço é moldado pelos processos e dinâmicas que orientam o movimento da sociedade. No contexto do modo de produção capitalista, as relações econômicas excludentes refletem-se de maneira expressiva no espaço urbano, dando origem a problemas como injustiças sociais e segregação socioespacial.

O planejamento urbano surge como uma ferramenta para ordenar o espaço das cidades e mitigar esses problemas sociais. Trata-se de um instrumento de ordenamento do espaço urbano, buscando tornar a cidade um ambiente mais justo e igualitário. Surgiu como resposta às transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da emergência da sociedade urbano-industrial, sendo necessário para lidar com a crescente urbanização e o significativo crescimento demográfico (SANTOS, 2012, p. 93).

De acordo com Câmara e Moscarelli (2016), o planejamento urbano,

[...] deve ser benéfico e compartilhado por todos. Projetos setoriais fragmentados ou isolados comprometem os objetivos do desenvolvimento sustentável, pois não integram espaços e geram conflitos uma vez que, estes, precisam de harmonização e coordenação de planos territoriais e setoriais. Estratégias e políticas urbanas que promovem a compacidade e conectividade, produzem formas urbanas mais sustentáveis, ou seja, reduzem o uso de automóveis, podem melhorar a mobilidade



através do uso de bicicletas ou transporte coletivo, apresenta espaços acessíveis, a baixa emissão de carbono e são mais humanizados entre inúmeros outros benefícios (CÂMARA; MOSCARELLI, 2016, p. 5).

Apesar das aspirações por justiça social e por cidades menos desiguais, persiste uma relação discriminatória que marginaliza parte da população nos centros urbanos, evidenciando a necessidade contínua de intervenções e políticas inclusivas.

Segregação Socioespacial

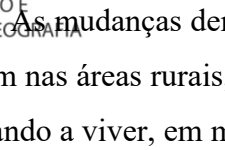
Após a compreensão e conceituação do espaço urbano, torna-se essencial abordar um dos principais problemas nesse ambiente: a segregação socioespacial.

A segregação socioespacial refere-se à fragmentação social do espaço, resultando no isolamento de determinados segmentos da população. Esse fenômeno deve ser entendido como um “processo da sociedade capitalista que acirra, a cada momento da história, as tensões sociais” (ROMA, 2008, p. 31). A autora destaca que o agravamento dessas tensões remonta à Revolução Industrial na Inglaterra, quando a classe trabalhadora vivia em condições precárias, em contraste com a classe detentora dos meios de produção. Esse período marcou o início da evidência das diferentes formas de vida dentro da cidade.

É fundamental para análise da produção e da reprodução do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, que se analise a imbricação do mundo do trabalho e do mundo da reprodução da vida como produto da exploração, dominação e espoliação dos trabalhadores que se concretizam no local de trabalho, no lugar de moradia, no deslocamento da moradia para o trabalho, na vida em geral (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Conforme Santos (1993), ao considerarmos a cidade como materialidade, ela se torna responsável pela geração da pobreza, que não é apenas um reflexo do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial. Assim, as relações sociais, econômicas e culturais refletem-se no espaço e são, ao mesmo tempo, determinadas por ele (SPOSITO, 2008, p. 33). Dessa forma, o espaço transforma tanto o ser humano quanto as relações sociais presentes nele.

A cidade capitalista é o palco privilegiado de uma série de processos sociais, incluindo a acumulação de capital e a importância central da reprodução social. Esses processos geram funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas manifestações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1995, p. 5.).



As mudanças derivadas do modo de produção capitalista levaram as massas, que antes estavam nas áreas rurais, a se deslocarem para as cidades, afastando-se de seu local de origem e passando a viver, em muitos casos, em ambientes insalubres (SILVA et al., 2016, p. 259).

O desenvolvimento econômico e industrial no Brasil contribuiu para a "formação de realidades distintas e, juntamente com todos esses aspectos, surgiram as desigualdades sociais, que se mostram mais abrangentes cotidianamente" (SILVA et al., 2016, p. 259). Dessa forma, as desigualdades observadas no espaço urbano podem ser interpretadas como fruto do capitalismo.

A revolução industrial, juntamente com a chegada de um novo modelo de produção, desempenhou um papel crucial na construção do espaço. Os conflitos entre capital x trabalho x estruturação do espaço urbano destacam cada vez mais "a divisão social do espaço, ou seja, a diferenciação social, a expansão da pobreza e a segregação socioespacial" (ROMA, 2008, p. 32).

A divisão social do espaço ocorre com o afastamento das pessoas de baixa renda das áreas centrais, pois geralmente essas regiões possuem um valor mais elevado do que outras áreas e são privilegiadas em relação ao acesso aos serviços públicos em geral. Ao longo do século XX no Brasil, consolidou-se um modelo de estrutura urbana conhecido como centro-periferia, conforme explicado por Sposito (2004, p. 114):

“As cidades brasileiras tiveram suas estruturas urbanas baseadas por relações do tipo centro-periferia, nas quais as áreas centrais eram caracterizadas como as melhores equipadas e as periferias pelo uso residencial dos segmentos de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida individual e coletiva.”

As áreas centrais das cidades brasileiras destacam-se por oferecerem maior infraestrutura, concentração de bens e serviços e áreas de lazer, elevando o valor venal dos lotes e empurrando as pessoas com menor poder aquisitivo para as periferias, onde constroem residências frequentemente precárias.

De acordo com Cobos (1988), todos os processos relacionados a periferia,

seu crescimento, sua permanência e sua fixação territorial estão modificando tanto a fisionomia como o funcionamento das estruturas urbanas. O aumento do preço do solo e dos materiais de construção, a ritmos as vezes maiores que os da inflação, devido ao elevado grau de monopolização deste setor industrial e às altas taxas de lucro bancário ou hipotecário, de um lado; e, de outro, o arrocho dos salários reais da população trabalhadora, tem reduzido ainda mais do que no passado o acesso a “habitação adequada” (COBOS, 1988, p. 38 e 40).

Para Roma (2008, p. 41), há uma grande diferença entre ricos e pobres viverem distantes das áreas centrais, pois os primeiros possuem maior poder aquisitivo e mobilidade, o que lhes permite um acesso mais amplo à cidade como um todo. A população de menor poder aquisitivo, em geral, vive distante do centro, mas precisa se deslocar até lá para trabalhar ou utilizar os serviços públicos ou privados, e esses deslocamentos representam despesas onerosas para essa parcela da população (ROMA, 2008, p. 41 e 42).

A segregação socioespacial, assim como a periferização, não deve ser encarada como um processo natural, mas sim como resultado de ações privadas e públicas, geralmente articuladas, criando uma estrutura que beneficia uma pequena parcela da população. Essa estrutura também gera outras barreiras, como as de cunho racial, nas quais negros e brancos não ocupam o mesmo espaço social.

A segregação socioespacial está intrinsecamente ligada a desigualdades, hierarquias e discriminações, transcendendo o âmbito econômico para se inserir também na dimensão racial. Nesse contexto, uma parte da população, em particular a população negra, se destaca como mais segregada do que outras, resultado de um processo histórico de subjugação dessa parcela da sociedade.

O negro e a segregação racial

A segregação socioespacial está intrinsecamente ligada a desigualdades, hierarquias e discriminações, transcendendo o âmbito econômico para se inserir também na dimensão racial. Nesse contexto, uma parte da população, em particular a população negra, se destaca como mais segregada do que outras, resultado de um processo histórico de subjugação dessa parcela da sociedade.

Os estudos sobre a segregação urbana com base em raça tiveram início na década de 1940, com a pesquisa de Pierson (1942) em Salvador. Ele observou que “as áreas mais pobres eram habitadas majoritariamente por negros retintos e mestiços de pele mais escura, ao passo que brancos e mestiços de pele mais clara concentravam-se em localidades mais valorizadas” (PANTA, 2018, p. 59).

As diferenciações entre negros e brancos no espaço urbano estão enraizadas no contexto histórico de discriminação tanto no Brasil quanto em outros lugares do mundo, como destaca França (2017), utilizando o caso norte-americano como exemplo.

A segregação residencial foi um dos principais elementos de um regime mais geral de segregação que, resguardada por dispositivos legais, objetivava a separação física entre negros e brancos de modo a evitar todo tipo de contatos, relacionamentos,



amizades, casamentos e misturas interracialis. Neste país, não apenas a maior parte dos negros 23 foi mantida nas posições mais baixas da hierarquia social, mas, de certa forma, a segregação também criou algo como uma estratificação social paralela, uma vez que os negros que ascendiam socialmente também eram obrigados a permanecer nos guetos (FRANÇA, 2017, p. 31).

O Brasil recebeu aproximadamente quatro milhões de escravos africanos durante a escravidão e foi o último país a abolir essa prática. É impossível dissociar esses eventos da atual situação dos negros no país. Após a abolição, os ex-escravos, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente, foram impulsionados para as periferias, uma realidade destacada por Heringer (2002, p. 58).

Andrade Junior e Mota (2017, p. 4) observam que, na maioria dos casos, os ex-escravos passaram a habitar áreas urbanas periféricas, devido à exclusão geográfica e ao preconceito racial, resultando na disseminação de cortiços e favelas. Essas habitações informais surgiram desordenadamente em terrenos públicos não urbanizados (CARRIL, 2006).

Segundo Figueredo (2014): Como consequência de todo esse processo de escravidão e marginalização pós escravidão, o negro permaneceu na sociedade brasileira por muito tempo ocupando uma situação de risco social e vulnerabilidade diante do intenso preconceito com que foram tratados (FIGUEREDO, 2014, p. 4).

Esse processo de marginalização e as diferenças nas localizações residenciais contribuíram para limitar a inserção dos negros nas camadas médias e altas. O espaço urbano desempenha um papel fundamental na articulação entre raça e classe no Brasil, mantendo os negros afastados fisicamente e socialmente das classes médias brancas (FRANÇA, 2017, p. 5).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2014), os negros hoje representam a maioria da população brasileira, compreendendo 53,6%, sendo 45% pardos e 8,6% pretos. No entanto, a vulnerabilidade socioeconômica dessa parcela da população continua a crescer.

Uma pesquisa do IBGE (2015) revela que, apesar de serem a maioria da população, os negros não ocupam necessariamente posições socioeconômicas mais elevadas. Entre as pessoas mais ricas do Brasil, os negros representam apenas 17,4%, enquanto os brancos dominam com 79,6%. No entanto, ao analisar a parcela mais pobre, os negros constituem a maioria, com 76%. Essas desigualdades entre negros e brancos não se limitam ao aspecto econômico, mas também se refletem na educação e no mercado de trabalho.

O trabalho informal é uma realidade expressiva para os negros, representando 48,4% do total (IBGE, 2015b). Embora haja avanços significativos na educação, com um aumento de



negros cursando o ensino superior, ainda persiste um abismo social entre as raças. Em 2004, apenas 16,7% dos negros de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino superior, número que subiu para 45,5% em 2014. No mesmo período, os brancos nessa faixa etária tinham 71,4% no ensino superior.

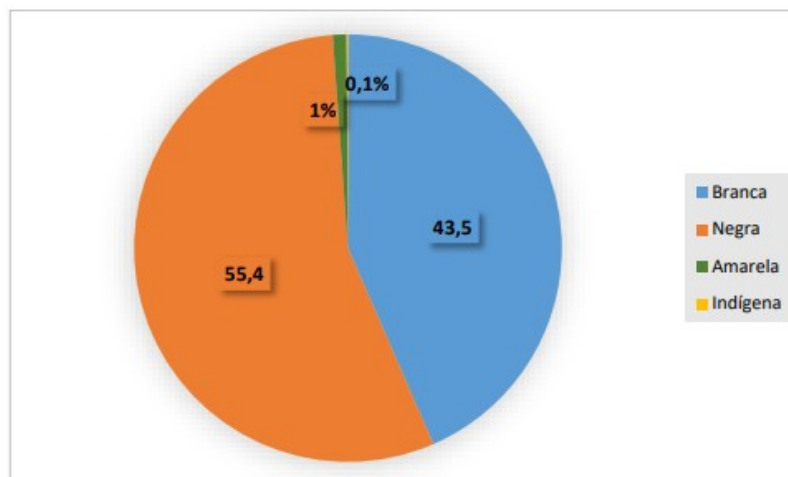
Apesar dos avanços legislativos, como a Lei nº 11.645 de 2008, que incluiu a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo escolar, o Estatuto da Igualdade Racial de 2010 e a Lei nº 12.711 de 2012, que instituiu a reserva de vagas para negros em universidades federais, a cidade ainda se revela como um ambiente fragmentado, permeado por contradições e tensões sociais, especialmente em relação ao lugar ocupado por negros e brancos no espaço urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO


De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010 a cidade de Jataí, possui uma população total de 88.006 habitantes, sendo 38.245 de pessoas brancas, 6.593 autodeclarados pretos, 42.148 habitantes de cor parda, 916 pessoas de raça amarela e 90 pessoas autodeclaradas indígenas. De acordo com os dados disponibilizados pelo órgão, 47,9% da população é autodeclarada parda, 43,5% é branca, 7,5% é de raça preta, 1% é autodeclarado amarelo e 0,1% se consideram indígenas.

Quando utilizamos a categorias negros (junção de pretos e pardos), nota-se que existem 48.741 habitantes autodeclarados negros em Jataí (GO). Observa-se então que a maior parte dos residentes de Jataí (GO), são autodeclarados negros. Desse modo, o índice de população negra é de 55,4% da população (Gráfico 1). Este trabalho faz a opção por tratar pretos e pardos dentro da mesma categoria.

Gráfico 1. Jataí (GO) – Percentual de população por cor/raça.



Fonte: IBGE, 2010. Organização: SILVA, Antônia Maria Nascimento. 2023.



Ao observarmos o espaço urbano de Jataí, é possível perceber que existem notáveis diferenciações e segregações socioespaciais. Essas diferenciações estão relacionadas a questões sociais, manifestando-se em espaços de riqueza e pobreza que, embora possam estar fisicamente próximos em alguns casos, estão socialmente distantes, separados por enclaves e barreiras, incluindo a segregação racial (FERREIRA; RATTTS, 2017, p.173).

Através de observações empíricas na área urbana de Jataí, é nota-se que negros e brancos ocupam espaços sociais distintos dentro da cidade. Isso é evidente especialmente ao considerar a disposição das suas residências na área urbana. Utilizando os dados fornecidos pelo Censo Demográfico do IBGE de 2010, foi possível mapear a distribuição da população de acordo com a cor/raça, com o objetivo de compreender como essa distribuição se dá.

A espacialização da população negra em Jataí (figura 1) revela uma maior concentração nos bairros: Jacutinga, Colmeia Park, Mauro Bento, Dom Benedito, Vila Olavo, Aeroporto, Setor Antena, Rio Claro I, II e III e José Bento. Dentre esses bairros, quatro estão localizados na periferia da cidade. Estes bairros se caracterizam por ter um valor venal menor, em relação aos demais presentes em Jataí.

Ao observarmos a disposição das pessoas autodeclaradas brancas na área urbana da cidade (figura 2), nota-se que a mesma se concentra nos setores: José Bento, Rio Claro III, Aeroporto, Santa Maria I, Colmeia Park, Jacutinga e Rio Claro I e II. Dentre os setores citados, três estão localizados na periferia da cidade.


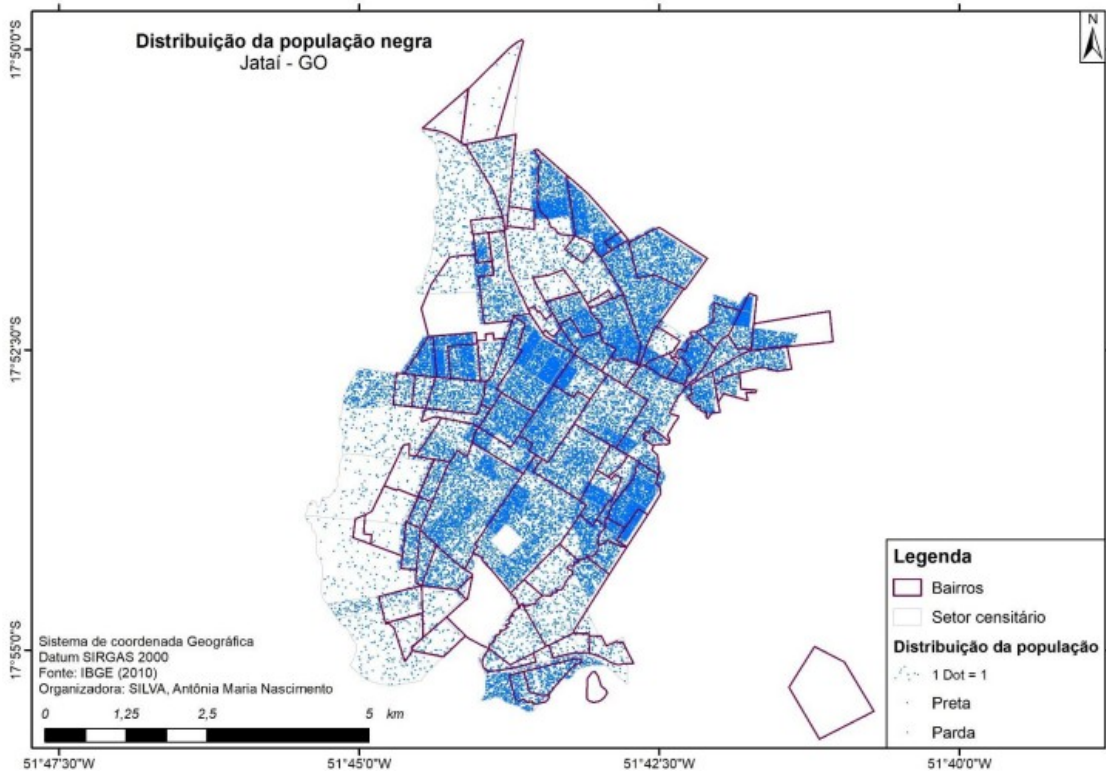


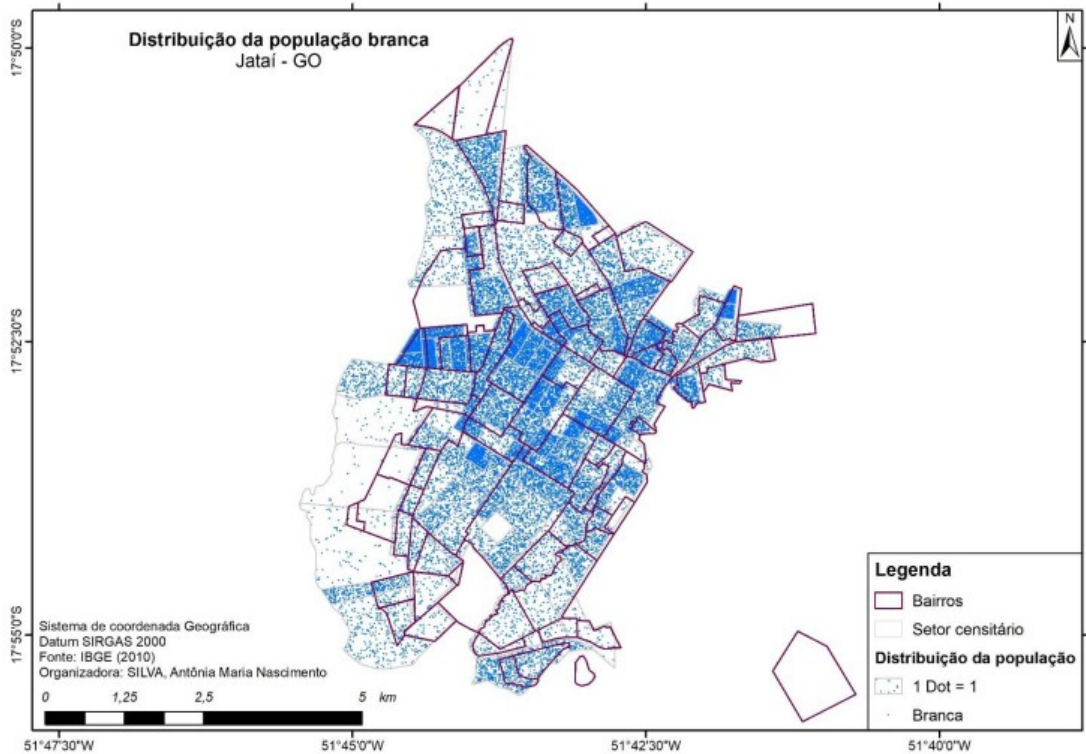


Figura 1. Jataí (GO) - Distribuição da população negra no espaço urbano (2010)



Fonte: SILVA, 2019.

Figura 2. Jataí (GO) - Distribuição da população branca no espaço urbano (2010)



Fonte: SILVA, 2019.



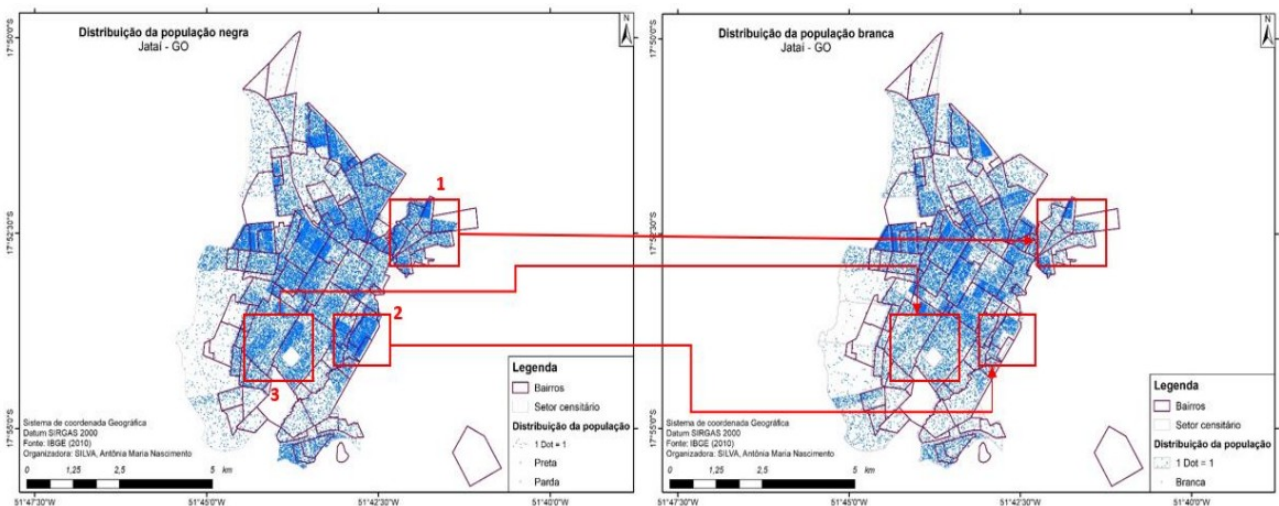
A concentração da população branca em relação à população autodeclarada negra é especialmente notável nas áreas centrais. A população negra, por sua vez, está mais concentrada nas áreas periféricas.

Ao compararmos a distribuição da população autodeclarada negra com a da população branca (figura 3), percebe-se uma semelhança marcante, especialmente nas áreas periféricas e centrais. No entanto, essa disposição apresenta distinções notáveis nas porções leste (região 2), nordeste (região 1) e sudoeste (região 3) da área urbana de Jataí (Figura 1), onde há uma concentração significativa da população autodeclarada negra.

Essas localidades compreendem os bairros de Colinas, Palmeiras, Frei Domingos, Campo Neutro, Vila Brasília, Alto das Rosas, Vila São Pedro, Dom Benedito, Vila Olavo, setor José Estevam, Jardim Rio Claro e Vila Fátima. O diferencial desses setores reside no preço do solo urbano.

O valor venal do solo (ano de 2009) nos bairros das regiões 1 e 2 abrange lotes com preços variando até 5.000 reais, bem como outros que oscilam entre 5.001 e 15.000 reais. Na porção sudoeste, o valor venal do solo situa-se entre 5.001 e 15.000 reais. Ambas as regiões consistem em bairros com valores de solo mais acessíveis, facilitando o acesso de pessoas com rendimentos mais baixos.

Figura 3. Jataí (GO) – Correlação entre a distribuição da população negra com a população branca (2010)



Fonte: Silva, 2019.

No que diz respeito à distribuição de renda nessas localidades, os habitantes das porções leste e nordeste geralmente possuem rendimentos de até 3 salários mínimos. Por outro lado, os residentes da região sudoeste desfrutam de rendimentos mais elevados,

chegando a até 20 salários mínimos. Isso evidencia que, nessas regiões, apesar dos preços mais baixos do solo, também residem pessoas de classe média alta.

A pesquisa revelou que a segregação em Jataí, ocorre principalmente em função da renda, ou seja, quanto menor a renda, mais afastadas do centro as pessoas tendem a estar e isso se deve ao valor venal do solo urbano. O preço do solo urbano é um dos elementos que compõe esse processo de segregação socioespacial em Jataí. Este, de acordo com Silva (2009, p. 183), trata-se de um elemento “significativo, porque sua essência está na lógica capitalista. Sistema que dita as regras através de seus agentes individuais ou coletivos para a construção do espaço urbano” No entanto, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população negra em Jataí possui rendimentos inferiores à população branca, o que está relacionado à exclusão histórica vivenciada por essas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa, foi possível identificar que Jataí é uma cidade composta por uma série de diferenciações socioespaciais. No entanto, a segregação socioespacial em relação a raça, não ocorre de forma tão nítida. Observou-se por meio deste estudo que a renda é quem exerce um papel fundamental na construção do espaço urbano da cidade. Sendo assim, existem pessoas brancas e pobres que vivem em zonas periféricas, assim como as pessoas negras. No entanto, cabe destacarmos, que a população autodeclarada preta, se encontra majoritariamente nas áreas periféricas, registrando uma baixa presença dessa população nas áreas centrais, diferentemente da população branca. Apesar da renda ser o fator principal da segregação em Jataí, a baixa presença das pessoas de cor/raça preta em espaços considerados de classe média alta e classe alta, que possuem boa infraestrutura, indica a marginalização histórica desta população. Isso porque a exclusão social dos mesmos dificulta o acesso à educação, empregos formais e isto implica diretamente no rendimento destas pessoas.

REFERÊNCIAS

CARRIL, L. Quilombo, favela e Periferia: A longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.



FERREIRA, Danilo Cardoso; RATTS, Alex. A Segregação racial em Goiânia: representação dos dados de cor ou raça (IBGE, 2010). Ateliê Geográfico, Goiânia - GO, v. 11, n. 3, p.170-192, nov. 2017. Disponível em: . Acesso em: 28 out. 2019. FERREIRA, I. C. B. Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola. In: AUBERTIN, C. (Org.) Fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988. p. 38-59.

FIGUEREDO, D. A. Espaços Negros Urbanos: Segregação e Preconceito nas cidades brasileiras. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Anais do VII CBG, Vitória-ES, 2014. 9 p. FIGUEIREDO, Ângela. A classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros. Tese de doutorado em sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro. 2003.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GUIMARÃES, Natália Aparecida Santos. Análise do processo de implantação e expansão dos loteamentos residenciais em Jataí - GO: O caso do residencial das Brisas 1 e 2. 2018. 33 f. Monografia - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás / Regional Jataí, Jataí/go, 2018.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57- 65, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro, IBGE, 2015b.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf. Acesso em 24 de ago. 2019.